INSTRUÇÕES

1. Quando autorizado, verifique, atentamente este CADERNO DE PROVA, que deve conter 20 (vinte) questões de múltipla escolha e 1 (uma) dissertativa. Constatando qualquer anormalidade, como página sem impressão ou repetida, ausência de página ou, ainda, impressão defeituosa, solicite imediatamente sua substituição.

2. Escreva seu nome completo, de forma legível, no local indicado do cartão de resposta;

3. No cartão de respostas, das 5 (cinco) alternativas, marque aquela considerada correta para cada questão, conforme exemplo abaixo;

4. Será anulada a questão que contiver mais de uma resposta ou rasura;

5. As provas (objetiva e subjetiva) terão duração total de 3 horas;

6. O caderno de questões, cartão de respostas e folha de texto definitivo da prova subjetiva deverão ser preenchidos com caneta esferográfica azul ou preta e devolvidos ao fiscal ao término da prova;

7. As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante sua realização, a comunicação entre candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (tablet, telefone celular, fone de ouvido, gravador, etc.), livros, anotações, dentre outros materiais.

8. Durante a prova, o candidato não deve se levantar. Em caso de alguma necessidade, solicitar orientações ao fiscal de sala. É permitida, com autorização, a ida ao banheiro

QUESTÕES	RESPOSTA			
1	A	X	C	D
2	A	B	C	X
3	X	B	C	D

CARTÃO DE RESPOSTAS

NOME DO CANDIDATO(A):_____

NÚMERO DE INSCRIÇÃO:_____

DATA DE NASCIMENTO:_____TELEFONE: _____

ASSINATURA:_____

E-MAIL:_____

QUESTÕES	RESPOSTAS				
1	A	B	C	D	E
2	A	B	C	D	E
3	A	B	C	D	E
4	A	B	C	D	E
5	A	B	C	D	E
6	A	B	C	D	E
7	A	B	C	D	E
8	A	B	C	D	E
9	A	B	C	D	E
10	A	B	C	D	E
11	A	B	C	D	E
12	A	B	C	D	E
13	A	B	C	D	E
14	A	B	C	D	E
15	A	B	C	D	E
16	A	B	C	D	E
17	A	B	C	D	E
18	A	B	C	D	E
19	A	B	C	D	E
20	A	B	C	D	E

PROVA OBJETIVA (B)

1. RAFAEL e BEATRIZ são colegas de trabalho e ocupam cargos de mesma posição hierárquica. Certo dia, no elevador da empresa, aproveitando-se de estarem a sós, RAFAEL, sem o consentimento de BEATRIZ, apalpou-lhe as nádegas para satisfazer a própria lascívia, sem empregar violência ou grave ameaça. A conduta de RAFAEL configura o crime de:

a. ( ) assédio sexual, por ter ocorrido no ambiente de trabalho.

b. ( ) estupro, ante a presunção absoluta de dissenso.

c. ( ) importunação sexual, pois consistiu em ato libidinoso praticado sem a anuência da vítima e sem relação de hierarquia.

d. ( ) injúria real.

e. ( ) fato atípico, por não ter havido violência.

2. A respeito dos crimes de importunação sexual (art. 215-A) e de assédio sexual (art. 216-A do Código Penal), julgue os itens a seguir:

I. O assédio sexual é crime próprio, pois exige que o agente se prevaleça de sua condição de superior hierárquico ou de ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

II. A importunação sexual somente se configura em locais públicos ou em transporte coletivo.

III. Os crimes contra a dignidade sexual procedem-se mediante ação penal pública incondicionada.

Assinale a alternativa correta:

a. ( ) Apenas o item I está correto.

b. ( ) Apenas o item II está correto.

c. ( ) Apenas os itens II e III estão corretos.

d. ( ) Apenas os itens I e III estão corretos.

e. ( ) Todos os itens estão corretos.

3. A Lei nº 14.245/2021, conhecida como Lei Mariana Ferrer, alterou o Código Penal, o Código de Processo Penal e a Lei nº 9.099/1995 para coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas. Acerca de suas disposições, assinale a alternativa correta:

a. ( ) estabeleceu causa de aumento de pena, de 1/3 (um terço) até a metade, no crime de coação no curso do processo, quando este envolver crime contra a dignidade sexual.

b. ( ) autorizou expressamente a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos apurados, desde que pertinentes à estratégia da defesa técnica.

c. ( ) restringiu o dever de zelo pela integridade física e psicológica da vítima exclusivamente ao magistrado, eximindo as demais partes e sujeitos processuais.

d. ( ) tem incidência circunscrita aos processos de competência do Tribunal do Júri, por força do art. 474-A do CPP.

e. ( ) a inobservância de suas vedações acarreta unicamente a responsabilização administrativa do infrator.

4. Nos termos do art. 28-A do Código de Processo Penal, não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal _____ e com pena mínima _____ a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

a. ( ) com violência ou grave ameaça / inferior

b. ( ) sem violência ou grave ameaça / superior

c. ( ) sem violência ou grave ameaça / inferior

d. ( ) com ou sem violência / igual

e. ( ) sem violência ou grave ameaça / igual ou superior

5. Sobre o acordo de não persecução penal, previsto no art. 28-A do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta:

a. ( ) é cabível ainda que o crime tenha sido praticado com grave ameaça, desde que a pena seja baixa.

b. ( ) dispensa a confissão do investigado.

c. ( ) constitui direito subjetivo do investigado, podendo o juiz obrigar o Ministério Público a oferecê-lo.

d. ( ) somente pode ser celebrado após o trânsito em julgado da sentença condenatória.

e. ( ) pode ser proposto pelo Ministério Público quando o investigado houver confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal cometida sem violência ou grave ameaça.

6. Sobre o Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, elaborado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, assinale a alternativa incorreta:

a. ( ) a Resolução CNJ nº 492/2023 tornou obrigatória a adoção da perspectiva de gênero nos julgamentos em todo o Poder Judiciário.

b. ( ) o Protocolo aplica-se somente à Justiça Estadual.

c. ( ) a capacitação de magistradas e magistrados em direitos humanos, gênero, raça e etnia passou a ser obrigatória.

d. ( ) o Protocolo constitui diretriz interpretativa e não autoriza a condenação do réu sem provas.

e. ( ) o Protocolo foi inspirado em experiência estrangeira e alinha-se a compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

7. Analise as afirmativas abaixo quanto às disposições do Código Penal Militar:

I. O militar que, em virtude da função, exerce autoridade sobre outro de igual posto ou graduação é considerado superior, para fins de aplicação da lei penal militar.

II. O fato considera-se praticado no lugar em que se programou a atividade criminosa, no todo ou em parte, e ainda que sob forma de participação, e não onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

III. Consideram-se crimes militares, em tempo de paz, os crimes previstos no Código Penal Militar e os previstos na legislação penal, quando praticados por militar da ativa, em lugar sujeito à administração militar, contra civis.

IV. O defeito do ato de incorporação ou de matrícula exclui a aplicação da lei penal militar em qualquer tempo, uma vez que a nulidade do ato administrativo impede a caracterização da condição de militar do agente.

V. Para os efeitos da lei penal militar, consideram-se como extensão do território nacional as aeronaves e os navios brasileiros, onde quer que se encontrem, desde que sob comando militar ou militarmente utilizados ou ocupados por ordem legal de autoridade competente, ainda que de propriedade privada.

Estão corretas apenas as afirmativas

A) ( ) I e II.

B) ( ) I, III e V.

C) ( ) II, III e IV.

D) ( ) IV e V.

E) ( ) III, IV e V

8. No processo penal, investigação, ação penal, competência e ações autônomas de impugnação pertencem a planos distintos da persecução e do controle jurisdicional. Por isso, inquérito policial, processo, habeas corpus e revisão criminal não se confundem quanto à função, ao momento de incidência nem ao objeto imediato de tutela.

A Constituição trata o habeas corpus como garantia contra ilegalidade ou abuso de poder que atinja a liberdade de locomoção, enquanto o CPP disciplina separadamente o inquérito policial, a ação penal, a competência e a revisão criminal.

Considerando os princípios do processo penal, a ação penal, o inquérito policial, a competência, a jurisdição, o habeas corpus e a revisão criminal, assinale a alternativa CORRETA.

A) ( ) A revisão criminal e o habeas corpus são instrumentos de impugnação penal, mas não se identificam quanto à função nem quanto ao pressuposto de cabimento, assim como não se confundem com a fase investigativa ou com a ação penal propriamente dita.

B) ( ) O inquérito policial integra a estrutura da ação penal, razão pela qual eventuais irregularidades em sua formação projetam nulidade processual automática sobre a fase jurisdicional subsequente.

C) ( ) A competência penal, por possuir natureza exclusivamente processual, não mantém relação com a garantia do juiz natural, limitando-se à distribuição interna de feitos entre órgãos jurisdicionais previamente investidos.

D) ( ) A ação penal absorve juridicamente o inquérito policial, de modo que a instauração da fase processual converte a atividade investigativa em requisito constitutivo da jurisdição penal.

E) ( ) O habeas corpus, por tutelar a liberdade de locomoção, substitui tecnicamente a revisão criminal sempre

9. Afirma o Código Penal Militar (Decreto-Lei Federal nº 1.001/69) que "deixar o militar de levar ao conhecimento do superior o motim ou a revolta de cuja preparação teve notícia ou, se presenciar o ato criminoso, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo", configura o crime de:

A) ( ) Recusa de Obediência.

B) ( ) Omissão de Lealdade Militar.

C) ( ) Conspiração.

D) ( ) Traição.

E) ( ) Incitamento.

10. Diante das opções apresentadas, assinale a que caracteriza hipótese legal de interrupção da prescrição penal.

A) ( ) Oferecimento da denúncia.

B) ( ) Arquivamento do inquérito policial.

C) ( ) Prolação da sentença condenatória.

D) ( ) Publicação de acórdão condenatório recorrível.

E) ( ) Surgimento de questão prejudicial ao processo penal.

11. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE a diferenciação entre tentativa, desistência voluntária e arrependimento posterior, com base nos exemplos abaixo:

I. Carlos aciona o gatilho de arma de fogo em direção a João, objetivando matá-lo após discussão. A arma, apesar de nova e funcionar habitualmente, falha na ocasião, fazendo com que Carlos, temendo por ser preso, fuja do local.

II. Mariana, ao caminhar na rua, avista uma residência com portão não trancado e decide praticar um crime de furto. Abre o portão, entra na residência e percebe que não há ninguém na sala, avistando televisão, notebook e um celular. Antes de subtrair qualquer bem, resolve não prosseguir e decide ir embora.

III. Felipe furta uma bicicleta em via pública. No dia seguinte, antes do recebimento da denúncia, devolve a bicicleta espontaneamente ao proprietário.

Com base nos exemplos e nas disposições dos arts. 14, 15 e 16, do Código Penal, assinale a alternativa CORRETA.

A) ( ) No exemplo I, há crime impossível, pois Carlos empregou meio absolutamente ineficaz para a consumação do crime.

B) ( ) No exemplo II, há tentativa de furto, pois Mariana iniciou a execução do crime ao adentrar a residência com “animus furandi”, mas ao não dar prosseguimento com a subtração, atrai a incidência do art. 14, II, do Código Penal.

C) ( ) No exemplo III, aplica-se a tentativa, pois o crime não se consumou em razão da devolução do bem, nos termos da teoria da “amotio”.

D) ( ) No exemplo II, aplica-se a desistência voluntária, pois Mariana iniciou a execução do crime e, voluntariamente, decidiu não prosseguir, respondendo apenas pelos atos já praticados que eventualmente configurem tipos penais já consumados.

E) ( ) No exemplo III, configura-se arrependimento eficaz, pois Felipe impediu a produção do resultado, excluindo o crime.

12. Considerando o disposto no Código de Processo Penal Militar, analise as assertivas abaixo, assinalando V, se verdadeiras, ou F, se falsas.

( ) O inquérito policial militar será encerrado com minucioso relatório, em que o seu encarregado mencionará as diligências feitas, as pessoas ouvidas e os resultados obtidos, com indicação do dia, hora e lugar onde ocorreu o fato delituoso.

( ) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito policial militar.

( ) O arquivamento de inquérito não obsta a instauração de outro se novas provas aparecerem em relação ao fato, ao indiciado ou a terceira pessoa, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção da punibilidade.

A ordem correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

A) ( ) V – F – V.

B) ( ) V – V – V.

C) ( ) F – F – F.

D) ( ) F – V – F.

E) ( ) V – V – F.

13. Assinale a alternativa correta sobre o erro de tipo (art. 20, caput, do CP).

A) ( ) O sujeito ignora a presença de um elemento do tipo objetivo, o que afasta o dolo e a culpa no erro de tipo invencível.

B) ( ) O erro de tipo vencível não exclui o dolo, porque o erro de tipo é sempre compatível com o aspecto cognitivo do dolo.

C) ( ) O erro de tipo essencial é o conhecimento do agente sobre o elemento do tipo objetivo.

D) ( ) O objeto do erro de tipo é o tipo subjetivo.

E) ( ) Ocorre quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado.

14. Sobre a rigidez e a reforma da Constituição, assinale a alternativa correta.

A) ( ) A rigidez constitucional funda-se na premissa de que a Constituição é uma lei superior, formada a partir de uma decisão cuja natureza não se confunde com as deliberações ordinárias do Parlamento. Por isso, por meio da rigidez, separa-se a política constitucional da política legislativa.

B) ( ) A Constituição Federal de 1988 não conta com limites temporais para o exercício do poder de reforma ou de revisão constitucional, pois não há norma que limite o exercício do poder constituinte derivado no tempo.

C) ( ) Segundo o Supremo Tribunal Federal, as emendas constitucionais estão sujeitas a sanção ou veto do Presidente da República, nos casos em que não tenham sido propostas pelo Poder Executivo.

D) ( ) De acordo com os teóricos brasileiros, a Constituição Federal de 1988 não possui limites materiais implícitos ao exercício do poder constituinte derivado.

E) ( ) Os municípios exercem o poder constituinte derivado decorrente por meio da promulgação de suas leis orgânicas. Por isso e em consequência do princípio federativo, a lei orgânica municipal pode ser utilizada como parâmetro para controle concentrado de constitucionalidade de atos normativos municipais.

15. Segundo a jurisprudência do STF, a legitimidade para interpor embargos de declaração em sede de ação direta de inconstitucionalidade (ADI) é atribuída

A) ( ) a qualquer dos legitimados universais para a propositura da ADI, ainda que não tenha atuado como parte no processo julgado.

B) ( ) a pessoas naturais com interesse na solução da controvérsia.

C) ( ) ao advogado-geral da União.

D) ( ) ao estado-membro, no caso de norma estadual, ou à União, no caso de norma federal.

E) ( ) ao amicus curiae, desde que apresente informações relevantes ou dados técnicos que contribuam para o exame da causa.

16. Qual é o prazo de prescrição para ação que busca aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa?

A) ( ) 3 anos, contados da data da ocorrência.

B) ( ) 5 anos, contados do término do exercício do cargo.

C) ( ) 8 anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.

D) ( ) 10 anos, contados da data da nomeação.

E) ( ) Não existe prescrição em improbidade administrativa.

17. Durante a execução de um roubo armado a um posto de combustível, dois agentes atuaram em conjunto: André, que rendeu o frentista com uso de revólver, e Bruno, que permaneceu do lado de fora com o carro ligado, pronto para a fuga. Ao perceber que uma viatura policial se aproximava, Bruno fugiu do local sem esperar André, que acabou preso em flagrante. Na instrução, a defesa de Bruno alegou ausência de dolo, afirmando que ele apenas pretendia emprestar o carro, sem saber da intenção de seu comparsa.

Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta.

A) ( ) Bruno não pode ser responsabilizado penalmente, pois a mera permanência no local dos fatos não configura participação.

B) ( ) Nos termos da legislação brasileira, a coautoria pressupõe sempre a prática do núcleo do tipo penal, não sendo admitida quando há apenas auxílio material.

C) ( ) A desistência de Bruno no momento da fuga caracteriza arrependimento eficaz, afastando sua responsabilização penal.

D) ( ) A responsabilização penal do coautor exige que ele exerça a vontade de participar da prática criminosa, conforme as regras legais relativas ao concurso de agentes.

E) ( ) A fuga do local dos fatos, sem comunicação prévia ao autor do núcleo verbal do tipo, configura conivência culposa, penalmente irrelevante.

18. Nos termos do Código de Processo Penal Militar, é correto afirmar que caberá apelação da sentença que

A) ( ) definitivamente condenar ou absolver o réu.

B) ( ) conceder ou negar a menagem.

C) ( ) não receber a denúncia no todo ou em parte, ou seu aditamento.

D) ( ) indeferir o pedido de arquivamento, ou a devolução do inquérito à autoridade administrativa.

E) ( ) reconhecer a inexistência de crime militar, em tese.

19. Sobre a organização do Ministério Público da União, disciplinada pela Lei Complementar nº 75/1993, assinale a alternativa incorreta:

a. ( ) o Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

b. ( ) o Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta do Senado Federal.

c. ( ) o Procurador-Geral do Trabalho é o chefe do Ministério Público do Trabalho, e o Procurador-Geral da Justiça Militar é o chefe do Ministério Público Militar.

d.( ) os Ministérios Públicos dos Estados integram o Ministério Público da União, subordinando-se administrativamente ao Procurador-Geral da República.

e. ( ) o chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é o Procurador-Geral de Justiça.

20. Conforme disposto no Código Penal Militar, analise as assertivas abaixo:

I. Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

II. A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, aplica-se retroativamente, à exceção de casos em que já tenha sobrevindo sentença condenatória irrecorrível.

III. Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o do resultado.

Quais estão corretas?

A) Apenas I.

B) Apenas I e II.

C) Apenas I e III.

D) Apenas II e III.

E) I, II e III.

PROVA SUBJETIVA

Informações:

Nesta prova, que vale 30 (trinta) pontos, faça o que se pede, usando a página correspondente do presente caderno para rascunho (opcional). Em seguida, transcreva o texto para a respectiva folha de TEXTO DEFINITIVO, nos locais apropriados, pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.

Utilize, no máximo, **trinta linhas**.

Questão:

Caso hipotético:

João, militar da ativa da Aeronáutica, mantem um relacionamento amoroso com Maria, também militar da ativa da mesma Instituição Militar. Ambos estão prestando seu serviço em uma Comissão da Aeronáutica em território estrangeiro.

Em determinada data, Maria rompe o relacionamento, o que não é aceito por João, que decide matar Maria, executando efetivamente o ato, no interior das instalações da Comissão da Aeronáutica, quando é preso em flagrante delito.

Diante do caso colocado à análise, avalie as circunstâncias e discorra, fundamentadamente, sobre a caracterização ou não de crime militar, a aplicação da lei penal militar a fato praticado no estrangeiro, se for o caso, a competência para processar e julgar o fato, em se tratando de crime militar, a aplicação da pena no Brasil, em caso de crime militar e a compreensão sobre a competência em fatos análogos pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

FOLHA EM BRANCO

RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20

21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

TEXTO DEFINITIVO DA PROVA SUBJETIVA

Número da inscrição:_____

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19

20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30